

14. PROCEDIMENTO CONCURSAL CPR/1/21/DMG- SERVIÇO DE FISCAL ÚNICO E REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA AS EMPRESAS MUNICIPAIS – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (na sua versão atualizada), proposta de designação do fiscal único das empresas municipais: **G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda**, tudo conforme informação que se anexa, na sequência do respetivo procedimento concursal.

Parecer

Despacho

- Adjudico e aprovo a minuta genérica do contrato.

Mais:

- Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo, proponho a nomeação para Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas das Empresas Municipais descritas na informação, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.", com o NIPC 504078500, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 153, e CMVM 20161463, representada pela

e como Fiscal Único Suplente a

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)
21/12/09

1. Informação

Data
09/12/2021

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Prazo execução
CPR/1/21/DMG	4 anos
Objeto	Serviço de Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas para as Empresas Municipais

3. Propostas de aprovação

- a) Decisão de adjudicação (76.º).
- b) Redução do contrato a escrito (94.º).

c) Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º).

4. Órgão competente

Presidente da Câmara Municipal de Braga, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11.04.2011

5. Abertura do procedimento

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 30 de novembro de 2021 foi autorizada a abertura do procedimento.

6. Apresentação de propostas

No dia 07 de dezembro de 2021, procedeu-se à abertura da única proposta apresentada pela seguinte entidade:

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

7. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

A proposta foi analisada com o serviço requisitante, estando a mesma em conformidade com as necessidades e especificações identificadas no caderno de encargos.

8. Audiência Prévia

Nos termos do número 2 do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos, quando tenha sido apresentada uma única proposta, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem a elaboração dos relatórios preliminar e final.

9. Proposta

Propõem-se a seleção da proposta da empresa G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda, para os seguintes lotes:

Lotes	Empresa Municipal	Preço base 48 meses
Lote 1	Agere - Emp de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM	74 880,00€
Lote 2	Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.	34 694,40€
Lote 3	IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.	22 410,09€
Lote 4	Teatro Circo de Braga, EM, SA	24 960,00€
Lote 5	TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga, E.M.	37 440,00€

10. Caução

Considera-se, face ao valor e de acordo com o previsto no caderno de encargos, que não deve ser exigida caução nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no nº3 do artº.88º do CCP.

11. Redução do Contrato a escrito

11.1 Exigível

11.1.1. Fundamentação de Direito

De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, “quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.

11.1.2. Fundamentação de Facto

No caso concreto, e face aos preços contratuais para cada lote será exigido o respetivo contrato.

11.2 Prazo de Suspensão

11.2.1. Não Aplicável

10.2.1.1. Fundamentação de Direito

O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP). Exceto quando:

- a) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);
- b) Se tratar de contrato celebrado ao abrigo de um Acordo Quadro, cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;
- b) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.

10.2.1.2. Fundamentação de Facto

No caso concreto, o procedimento não foi publicado no JOUE, uma vez que foi adotada a consulta prévia, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.

É, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, competência do órgão deliberativo da Entidade Pública participante a designação do Fiscal Único de cada Empresa Local.

A seleção objeto do procedimento, não implica por isso, diretamente e por si só, a realização de qualquer despesa, uma vez que tem por objeto apenas a seleção de um Fiscal Único para cada uma das Empresas Municipais (EM's) existentes.

Assim e considerando que a relação contratual da prestação dos serviços se irá concretizar com cada uma das empresas municipais, para o qual foi aberto o procedimento, e tendo por base os preços bases estimados para cada EM, propõe-se apenas uma minuta genérica do contrato a celebrar, sendo que após aprovação pelo órgão deliberativo da seleção do fiscal único, cada uma das empresas municipais deverá, por si só, providenciar pela celebração do respetivo contrato.

11. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto na alínea j), n.º 1, art.º 115.º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº15 do convite (5 dias após a notificação da adjudicação).

12. Cabimento orçamental

Tratando-se de uma seleção para concretização a realizar por outras entidades, não se aplica.

No entanto e no sentido de se acautelar a despesa, foi solicitado a cada empresa municipal a assunção do cabimento orçamental

13. Anexos

- a) Minuta de Contrato

Proposta:

Em face do exposto, para cumprimento do estabelecido no Regime Jurídico das Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (na sua versão atualizada), designadamente no n.º 3 do artigo 26.º, propõe-se que o Sr. Presidente profira despacho no sentido de:

1. Adjudicar e aprovar a minuta genérica do contrato;
2. Remeter ao órgão executivo, para que este órgão delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (na sua versão

atualizada), proposta de designação do fiscal único das empresas municipais descritas na informação.

À Consideração Superior

A Chefe da Divisão de Contratação Pública,

R

*** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ***

*** DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS ***

Identificação do Primeiro Outorgante:

Entre [EMPRESA MUNICIPAL] adiante designada por Primeiro Outorgante,

e

Segundo Outorgante:

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA, sociedade de revisores oficiais de contas inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o nº. 153 e registo na CMVM nº 20161463, com sede na Praça Camilo Castelo Branco, nº 31 – Sala 43, 4700-209 BRAGA, com o NIPC 504 078 500, representada por e registo na
adiante designada de Segundo Outorgante,

é celebrado o presente contrato de prestação de serviços, nos termos e ao abrigo do disposto no artº. 53º. da Lei nº. 140/2015, de 7 de setembro, que ficará a reger-se pelas cláusulas que abaixo de apresentam.

De referir como nota prévia que a seleção do Segundo Outorgante foi efetuada pelo Município de Braga, na qualidade de entidade pública participante do Primeiro Outorgante, através do processo de Consulta Prévia – CPR/1/21/DCP, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (com as alterações vigentes, de acordo com caderno de encargos, para seleção da entidade). Na sequência do referido processo e sob proposta do órgão executivo, foi deliberada a designação do Segundo Outorgante como Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas do Primeiro Outorgante em Assembleia Municipal, para o mandato coincidente com o dos órgãos autárquicos, tendo essa designação sido aceite pelo Segundo Outorgante.

Cláusula 1ª.

(Objeto)

O Segundo Outorgante obriga-se a prestar ao Primeiro Outorgante os serviços de Revisão Legal de Contas, em regime de completa independência funcional e hierárquica relativamente ao Primeiro Outorgante, com observância das disposições de Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) e de outras leis e regulamentos aplicáveis.

Cláusula 2ª.

(Âmbito)

A revisão legal de contas será executada pelo Segundo Outorgante nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As responsabilidades do Segundo Outorgante nos termos destas normas estão descritas na Cláusula 5.ª.

Cláusula 3ª.

(Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

É responsabilidade do órgão de gestão do Primeiro Outorgante:

- a) Preparar e aprovar demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho e os mapas de execução orçamental, e a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) [SNC-AP para as entidades públicas reclassificadas e SNC para as restantes] ;
- b) Preparar e aprovar demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas e de acordo com os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública 26 do SNC-AP [apenas para as entidades sujeitas ao SNC-AP]
- c) Conceber, implementar e monitorizar um sistema de controlo interno que seja necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção ,material, seja devido a erro ou a fraude;

R

- d) Permitir ao Segundo Outorgante acesso a toda a informação produzida ou de que tem conhecimento, incluído registos, documentos, ficheiros e outra informação (Manual ou eletrónica), e a todas as pessoas do Município das quais considera útil e necessário obter prova de auditoria;
- e) Divulgar qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira, o desempenho ou a execução orçamental da entidade;
- f) Avaliar a capacidade do Município em se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações;
- g) Prestar declarações escritas acerca de informações e esclarecimentos que prestou relativamente à revisão legal de contas, devendo ser pelo menos emitida uma declaração no final do trabalho, nos termos da Norma Internacional da Auditoria (ISA) 580 – Declarações Escritas.

Cláusula 5ª.

(Responsabilidades do Segundo Outorgante)

É responsabilidade do Revisor Oficial de Contas:

- a) Realizar a revisão legal de contas, nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo a forma de relato, a fim de obter um nível de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material, designadamente procedendo ao exame, numa base de amostragem, da prova que suporta as quantias e divulgações constantes dessas demonstrações financeiras, à apreciação dos princípios contabilísticos e das estimativas contabilísticas significativas feitas pelo órgão de gestão, à avaliação da apresentação global da informação financeira, à verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade e à verificação se o relatório de gestão é preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e se a informação constante no mesmo é coerente com as demonstrações financeiras examinadas;
- b) Expressar uma opinião profissional e independente baseada no exame das demonstrações financeiras a que se refere a alínea anterior, através de Certificação Legal das Contas elaborada nos termos do Artigo 45.º do EOROC.

De referir que, sem prejuízo das situações descritas acima, na qualidade de Fiscal Único do Primeiro Outorgante, o Segundo Outorgante estará também sujeito ao cumprimento de todos os deveres e competências que lhe são atribuídos pela legislação aplicável, designadamente o Código das Sociedades Comerciais e Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local

Cláusula 6ª.

(Planeamento)

Os serviços objeto do presente contrato serão executados ao longo do tempo, devendo as partes acordar em tempo oportuno o calendário mais apropriado para uma eficiente e eficaz condução dos trabalhos e a apresentação de conclusões.

Cláusula 7ª.

(Local da prestação dos serviços)

Para execução das funções que constituem objeto do presente contrato o Primeiro Outorgante facultará ao Segundo Outorgante instalações adequadas e todos os meios necessários às tarefas inerentes ao desempenho das respetivas funções.

Cláusula 8ª.

(Honorários)

Para remunerar os serviços objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante pagará ao segundo Outorgante honorários anuais que respeitam os critérios previstos no Artigo 59.º do EOROC, estabelecendo-se para este mandato a quantia de Euros _____, acrescida de IVA à taxa em vigor, a qual constitui avença anual, podendo, contudo, ser faturada e paga fracionadamente.

Cláusula 9ª.

(Segredo profissional)

O Segundo Outorgante tem o dever de segredo profissional conforme definido no artº. 84º. Do EOROC. Esse dever de segredo não abrange, entre outros aspetos aí definidos, as comunicações e informações à CMVM no exercício das suas funções de supervisão de auditoria, nomeadamente decorrentes do regime Jurídico de supervisão de auditoria e do Regulamento (UE) nº 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

Cláusula 10ª.

(Responsabilidade civil)

R

O Segundo Outorgante garante, nos termos do que estabelece a Artigo 87º do EOROC, a sua responsabilidade civil profissional decorrente do exercício das funções objeto do presente contrato, mediante contrato de seguro titulado pela Apólice nº PI-01377921M9 emitida em cosseguro pela Companhia de Seguros Arch Insurance Company (Europe), Ltd., e pela Companhia de Seguros Liberty Mutual Insurance Limited.

Cláusula 11ª.
(Comunicações)

O Primeiro Outorgante comunicará à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, no prazo de 30 dias, o início do presente contrato, bem como a eventual resolução do mesmo, com a indicação dos motivos que a fundamentam. O Segundo outorgante comunicará à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, no prazo de 30 dias, o início e o termo deste contrato.

Cláusula 12ª.
(Prazo de execução)

O contrato mantém-se em vigor pelo período de 4 (quatro) anos a contar da data de assinatura do mesmo, se não for denunciado por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias para o termo do contrato, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, de acordo com a cláusula 2.º, do caderno de encargos.

Cláusula 13ª.
(Preço Contratual e Forma de Pagamento)

Esta aquisição de serviços foi adjudicada pelo preço contratual de _____,00 € (_____ euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, conforme a proposta apresentada.

O pagamento será efetuado, com a execução dos serviços prestados mensalmente.

Cláusula 14ª.
(Classificação Orçamental)

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: _____ do Orçamento em vigor, em conformidade com as informações de cabimento n.º _____, de ____ de _____ de 20__ e de compromisso n.º _____, de ____ de _____ de 20__, respetivamente. A repartição plurianual de encargos encontra-se autorizada _____

Cláusula 15ª.

(Gestor do Contrato)

Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato o _____

Cláusula 16ª.

(Resolução de Litígios)

O Primeiro e Segundo Outorgantes convencionam submeter a solução dos litígios emergentes do presente contrato ao Centro de Arbitragem de Litígios Cíveis, Comerciais e Administrativos.

Em tudo o que não esteja integralmente previsto no presente contrato aplicar-se-ão as condições previstas no caderno de encargos relativo ao processo de Consulta Prévia – CPR/1/21/DCP, na proposta, e o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável.

Este contrato foi elaborado, aos ____ dias do mês de _____ do ano 20____, em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,
